

Sábado, 29 de Agosto de 2026

Roberta Luchsinger nega pagamentos a Marcola e reafirma amizade com Lulinha anterior ao governo

Empresária investigada pela PF faz primeira manifestação pessoal sobre caso de tráfico de influência envolvendo proposta de canabidiol

Investigada pela Polícia Federal sob suspeita de tráfico de influência, a empresária Roberta Luchsinger afirma que solicitou apoio do ex-chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para sua proposta sobre fornecimento de canabidiol ao governo, mas enfatiza que não realizou pagamentos em troca desse apoio.



Roberta é alvo de três inquéritos da Polícia Federal ao lado de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente. A investigação apura se atuaram para beneficiar empresas junto a órgãos federais. Até agora, as investigações não indicam se algum contrato foi assinado com o poder público.

Um dos inquéritos examina comunicações de Roberta com Marco Aurélio Santana Ribeiro, conhecido como Marcola, ex-chefe de gabinete de Lula, a respeito de uma proposta de fornecimento de canabidiol para o Ministério da Saúde.

A Polícia Federal constatou que Roberta quitou contas de Marcola e agora investiga se os pagamentos representavam compensação por favores prestados. O ex-chefe de gabinete afirmou que os valores - R\$ 249 mil - constituem um empréstimo pessoal já devolvido.

"Ter apoio [era o objetivo das conversas com Marcola]. Talvez erro meu de pedir apoio. Ingenuidade. Bobeira", declarou Roberta ao g1 por mensagem nesta quinta-feira (27), em sua primeira manifestação após as investigações virem à tona.

"Não fiz pagamentos ao Marcola. Eu ajudei um amigo. Óbvio, eu deveria ter sido atenta ao fato de ser ele chefe de gabinete do presidente. Mas é covardia 'linkar' uma coisa na outra. Marcola é meu amigo. Eu sou uma pessoa amiga dos meus amigos. Se eu sei que precisam e posso ajudar, eu ajudo", complementou.

Conforme a investigação da Polícia Federal, Roberta encaminhou a Marcola por WhatsApp, em maio de 2024, a minuta de um Termo de Referência que estabelecia critérios para o Ministério da Saúde adquirir frascos de canabidiol.

O documento previa a dispensa de licitação e direcionava o negócio para a empresa World Cannabis, vinculada ao lobista Antônio Carlos Camilo Antunes, denominado Careca do INSS. A minuta foi desenvolvida pela equipe do Careca. Nenhum contrato com o ministério foi celebrado.

De acordo com Roberta, existe uma lacuna regulatória no setor de canabidiol que tem exposto pacientes a produtos importados sem controle de qualidade adequado da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Segundo sua versão, a minuta que ela enviou a Marcola continha proposições para resolver esse problema.

"A principal mudança descrita no documento é administrativa e operacional: sair de sucessivas aquisições vinculadas às demandas individuais para uma estrutura de planejamento e aquisição centralizada [pelo Ministério da Saúde] de uma demanda judicial já existente e recorrente", explicou.

"Diante de tema tão importante, e por não haver nenhuma relação de compra e venda — até porque são demandas judicializadas —, eu gostaria sim de ter tido apoio, olhos postos sobre o tema", prosseguiu.

"Antônio [Careca] contratou uma equipe muito competente [na World Cannabis], inclusive pessoas que foram funcionárias da Anvisa e que, após saírem, prestam serviços de consultoria altamente especializada", afirmou Roberta.

Conexão com Lulinha

Desde que seu nome foi envolvido em suspeitas, em dezembro de 2025, Roberta e sua assessoria jurídica negam que ela tenha feito transferências a Lulinha com objetivo de que ele abra portas do Ministério da Saúde para produtos do Careca do INSS.

"Antes de haver busca e apreensão na minha casa, eu já havia manifestado que eu não tinha ideia de nada de INSS e que minha relação com Antônio [Careca] era canabidiol. Eu fui a primeira a falar. Porque não vejo crime nenhum nisso", declarou.

Roberta atuava como intermediária em favor dos negócios da empresa do Careca. Ela recebeu dele R\$ 1,5 milhão para prospectar oportunidades junto ao Ministério da Saúde. Roberta sustenta que ignorava que o Careca desviava recursos de aposentadorias.

Em correspondências interceptadas pela Polícia Federal, Roberta mencionou uma parceria com Lulinha. Questionada sobre o tipo de parceria, ela respondeu que são amigos e que já cogitaram "a intenção" de realizar empreendimentos conjuntos.

"Eu e Fábio somos amigos. Muito amigos. Renata, esposa dele, [é] minha melhor amiga. Já tivemos intenção de fazermos coisas juntos fora do âmbito público, porém, sabemos que qualquer coisa que ele faça sempre será mal vista. Fábio é meu amigo antes de o pai ser presidente", assegurou.

Quando questionada sobre fornecimento de vantagens a Lulinha, como custear deslocamentos, Roberta respondeu simplesmente que "tudo [está] muito fora de contexto".

Em entrevista à TV Globo nesta quinta-feira (27), Lula manifestou que o filho terá que se defender como qualquer cidadão caso tenha incorrido em alguma ilicitude. Questionado sobre mensagens creditadas a Roberta e ao filho, o presidente declarou: "o que uma pilantra pode fazer num telefone ou o que um cara qualquer pode fazer num telefone?".

Evolução da aproximação com Lulinha

Segundo integrantes do PT, Roberta se aproximou do partido e de Lulinha a partir de 2017, quando Lula enfrentava processos na Operação Lava Jato.

Em 2018, quando Lula foi encarcerado, o vínculo dela com Lulinha se fortaleceu. Naquele mesmo ano, Roberta concorreu a deputada estadual pelo PT em São Paulo, mas não logrou êxito nas urnas.

"Eu poderia ter falado: 'Fábio, mostra aí para seu pai essa questão do canabidiol, como o Brasil está atrasado. Ele é meu amigo, eu poderia ter pedido. Nunca pedi. Porque, como amiga, sei que, primeiro, ele não faria, e segundo, é algo muito técnico", afirmou.

Roberta também argumentou que suas mensagens com Lulinha estão sendo "distorcidas, picotadas". Por isso, seu advogado Roberto Podval requereu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão do sigilo das investigações e a divulgação das conversas integrais.

Os inquéritos em andamento

Roberta e Lulinha são alvo de três inquéritos no STF pelos alegados crimes de tráfico de influência, corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. São eles:

1. sobre a tentativa de comercializar canabidiol ao Ministério da Saúde — caso que envolve Marcola, o Careca do INSS com sua empresa World Cannabis e o então secretário-executivo do ministério, Swedenberger Barbosa, conhecido como Berger, representante do grupo na pasta;
2. sobre iniciativas de negociação com a Dataprev, estatal que administra dados da Previdência — caso que abrange outra empresa, a 3Structure, voltada para tecnologia;
3. sobre iniciativas comerciais em outros órgãos públicos. Não existem informações disponibilizadas sobre essa investigação.

O ministro do STF André Mendonça conduz os dois primeiros inquéritos. O ministro Flávio Dino, o terceiro.